

Mandato [2020-2023] - Assembleia de Delegados (AdD)

As competências estatutariamente cometidas à Assembleia de Delegados (AdD) atribuem-lhe um papel fundamental em opções conjunturais e estratégicas da Ordem dos Arquitectos (OA), depositando confiança na idoneidade crítica desse conjunto de representantes do coletivo profissional

1 - O mais positivo

A AdD espelhou neste mandato a refundação da OA, amplificando o universo anterior de duas para sete Secções Regionais, intensificando o contacto com o território nacional na procura de conhecer as novas realidades regionais.

A AdD procurou sempre os consensos nas divergências inerentes à democraticidade da sua constituição e funcionamento, assumindo o compromisso de promover reuniões descentralizadas pelas Secções Regionais, abertas aos arquitetos e à comunidade. Estas reuniões descentralizadas tiveram como objetivo definir estratégias e propostas de ação.

2- O mais problemático

A atividade da AdD expôs as fragilidades, nos aspetos mais relevantes, que lhe são inerentes num momento em que o contexto socioterritorial, as condições materiais e ideológicas de produção da arquitectura estão em constante mudança, exigindo tomadas de posição vinculadas a um futuro cada vez mais complexo e paradoxal. Como tal, a AdD deveria contribuir, proativamente, para uma OA empenhada na intensificação de uma política de arquitetura e paisagem mais acutilante e efetiva num quadro de transição e decrescimento atual do exercício da profissão.

Em coletivo, teríamos de encontrar estratégias favoráveis a esse futuro urgente da prática da Arquitectura.

3 - Sugestões para o [futuro]

A AdD revela-se, pela sua própria composição, num lugar onde os múltiplos contextos em que os arquitetos exercem se podem fazer sentir tendo a oportunidade para dar visibilidade a temas relevantes, nomeadamente através da convocação de assembleias plenárias.

Sendo um órgão informado, coeso na sua diversidade e seguro nas suas decisões para a prática, para a instituição e para o bem comum, a AdD necessita de um maior apoio técnico na procura de reforçar a capacidade de análise, comunicação com os membros e restantes estruturas da OA.

Reconhecendo a diversidade do território nacional seria importante aproximar as realidades das diferentes regiões, convidando os presidentes da SRs a estarem presentes nas sessões plenárias facultando progressivo rigor, precisão e acuidade ao desenvolvimento das atividades e deliberações que delas emanam.

Julga-se ainda imperativo uma efectiva aproximação da OA para com os seus membros, que só será alcançada se e quando sentirem em actos concretos:

- 1 - Defesa da profissão;
- 2 - Comunicação assertiva da defesa da arquitectura e do arquitecto na sociedade;
- 3 - Consequente valorização pessoal, académica e profissional;
- 4 - E encontrar uma solução para a prática dos honorários dos arquitectos portugueses.

Faro, 26 de junho de 2023

Nuno Freitas e Francisco Domingos